

AValiação como dispositivo de poder

Retomamos neste “Dossiê Produtivismo Acadêmico II” a trilha aberta na edição 60 (2017). Um dos nossos pontos de partida é o *follow-up* do “Manifesto Acadêmico” de Willem Halffman e Hans Radder, texto que abriu aquela edição. Os pesquisadores holandeses decidiram apostar numa continuação: solicitaram a acadêmicos de outros países que dialogassem com o “Manifesto”, apontando semelhanças e dessemelhanças entre a situação ali descrita e os cenários universitários nacionais nos quais eles atuam. Obtiveram respostas de 14 países, entre eles o Brasil, e as publicaram na forma de dossiê na revista digital *Social Epistemology Review and Reply Collective* (SERRC), sob o título “International Responses to the Academic Manifesto: Reports from 14 Countries”. Halffman e Radder publicaram ainda outro texto no qual atualizam o “Manifesto”, à luz das contribuições recebidas.

Na presente edição da *Revista Adusp* decidimos incluir não só a sequência do “Manifesto” propriamente dita, mas cinco outros artigos (“respostas”) que selecionamos: da Austrália, Reino Unido, Japão e Espanha porque a nosso ver trazem informações e ensinamentos valiosos, e do Brasil, por motivos óbvios. Atenção: Halffman e Radder descartam agora a metáfora do “Lobo da gestão”, central no “Manifesto”. Aceitaram a argumentação dos pesquisadores brasileiros Marcos Barbosa de Oliveira e Renato Dagnino e — calculando que falar em universidade “gerencial” pode induzir as pessoas a subestimar “políticas públicas, legislações e visões de mundo neoliberais” — optaram pela noção, mais ampla e robusta, de *universidade produtivista*.

Nossos agradecimentos à SERRC!

Por outro lado, retomamos nossas próprias investigações. Decidimos entrevistar a professora Rita Barradas Barata, que foi diretora de Avaliação da Capes e paradoxalmente tornou-se, quando ainda exercia esse cargo, uma das mais

demolidoras vozes críticas do modelo de avaliação instituído no Brasil precisamente por essa agência reguladora do ensino superior. É preciso frear a “máquina louca” que as avaliações trienais da Capes puseram em funcionamento, diz Rita, do contrário estaremos fadados a formar doutores padronizados e incapazes de pensar.

O texto de Marcos Barbosa de Oliveira (novamente ele), que elenca onze “consequências nefastas” do produtivismo acadêmico, é um estudo de fôlego, sistematização das graves sequelas e distorções geradas por aquilo que define como “empresariamento” da universidade: “A administração baseada nas avaliações quantitativas é uma faceta da transformação da Universidade num simulacro de empresa”.

A avaliação como dispositivo de poder é o tema de artigos das professoras Maria Luisa Schmidt e Marlene Guirado. Engana-se quem acredita que é possível negociar uma forma melhor e mais justa de avaliação, adverte Maria Lúcia ao recuperar o episódio da “lista dos improdutivos” da USP, ocorrido em 1988: “Aceitar a legitimidade da avaliação, imaginando poder debater melhores maneiras de realizá-la, não deixa de indicar certa ingenuidade em relação a mecanismos orquestrados conceitual, política e ideologicamente em função do controle da produção acadêmica — e sobretudo dos docentes”.

Marlene, por sua vez, denuncia a naturalização dos procedimentos burocráticos de dominação da categoria docente instituídos pela Reitoria da USP em 2016, por meio da avaliação ultracentralizada: “Apertem os cintos porque isto aqui não é mais uma instituição de ensino!”.

Por fim, porém igualmente relevantes, duas excelentes reportagens: Antonio Biondi e Pedro Biondi dissecam os *rankings* universitários internacionais, enquanto Guilherme Jeronymo revela os altos custos da publicação de *papers*.

O Editor